



Mapas 2017

Políticas Sociais

Proteção em situações de risco

Última atualização em 24/01/2018 às 16:24 por Suzete Faustina dos Santos

Prevenção e combate à violência doméstica, sexual e institucional

1) Em 2016, o Município possuía Plano Municipal de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes?

Sim. Possuía plano de enfrentamento de qualquer tipo de violência.

✓ **Possuía plano de enfrentamento da violência sexual.**

Não possuía nenhum plano relacionado ao tema.

1.1) Quais dos seguintes aspectos estavam incluídos no Plano Municipal em vigor em 2016?

✓ **Realização de campanhas de esclarecimento e mobilização.**

Criação de programas de orientação a crianças e adolescentes (conteúdos de prevenção e reação).

✓ **Capacitação de profissionais das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social (conteúdos de prevenção e atendimento).**

Formação continuada de conselheiros tutelares.

Implantação e / ou aperfeiçoamento da utilização do SIPIA - Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência.

✓ **Padronização e formalização de procedimentos de atenção à criança e ao adolescente vítimas de violência.**

✓ **Atenção às famílias de crianças e adolescentes vítimas de violência.**

Atenção ao autor (pessoa que comete) de violência contra crianças e adolescentes.

✓ **Coordenação de ações entre órgãos públicos municipais.**

✓ **Coordenação de ações com órgãos públicos estaduais e / ou federais.**

✓ **Coordenação de ações com organizações sociais.**

Coordenação de ações com empresas e entidades profissionais.

Combate à impunidade e capacitação de profissionais das áreas jurídica e de segurança.

Realização de estudos e pesquisas sobre o tema da violência contra crianças e adolescentes.

✓ **Divulgação de informações sobre violência contra crianças e adolescentes, bem como sobre ações preventivas e corretivas realizadas pelo Município.**

Criação de mecanismos de incentivo à participação ativa de crianças e adolescentes na defesa de seus direitos.

1.2) O Plano Municipal em vigor em 2016 foi aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente?

✓ **Sim**

Não

1.2.1) Registrar informações sobre a aprovação do Plano Municipal pelo CMDCA.

Resolução nº

239/2012

Data da publicação

30/01/2013

2) Em 2016, o Município possuía Comitê (ou Comissão) de Prevenção e Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, criado e em funcionamento?

✓ **Sim. O Comitê estava criado e em funcionamento.**

O Comitê estava criado, mas não estava em funcionamento.

Não. O Comitê não havia sido criado.

2.1) Registrar informações sobre a criação do Comitê (ou Comissão) de Prevenção e Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes.

Instrumento legal (lei, decreto, portaria)

Decreto

Nº

Decreto 3765 de 30-07-2001, publicado em 31-07-2001 e reestruturado pelo Decreto 7445 de 18-05-2016, publicado no Diário Oficial de 19-05-2016.

Data da publicação

31/07/2001

3) Em 2016, o Município mantinha parcerias para o tratamento das questões relativas a violências contra crianças e adolescentes?

✓ Sim

Não

3.1) Quais as parcerias mantidas com órgãos não pertencentes ao governo municipal e com instituições da sociedade civil para o tratamento das questões relativas a violências contra crianças e adolescentes, em 2016?

Com órgãos da Segurança Pública.

✓ Com o Ministério Público.

✓ Com organizações sociais.

Com igrejas ou entidades religiosas.

Com empresas.

Com organizações de trabalhadores e de empregadores.

4) Em 2016, o Município incentivava a denúncia de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes?

✓ Sim

Não

4.1) De que forma o Município incentivava a denúncia de qualquer tipo de

violência contra crianças e adolescentes, em 2016?

- ✓ **Divulgando o Disque 100 – Disque Denúncia Nacional.**
- ✓ **Divulgando o número do Disque Denúncia Estadual.**
- ✓ **Divulgando o número do Disque Denúncia Municipal.**
- ✓ **Divulgando o número do(s) Conselho(s) Tutelar(es).**

5) As denúncias de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes eram centralizadas em algum órgão municipal, em 2016?

Sim

✓ **Não**

5.1) Que órgão municipal centralizava as denúncias de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes, em 2016?

Um dos Conselhos Tutelares reunia todas as informações sobre as denúncias.

Todos os Conselhos Tutelares dispunham das mesmas informações sobre todas as denúncias.

As denúncias eram centralizadas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

As denúncias eram centralizadas na Assistência Social.

As denúncias eram centralizadas na Saúde.

As denúncias eram centralizadas na Educação.

As denúncias eram centralizadas na Polícia Civil (delegacias).

6) Em 2016, o Município dispunha de procedimentos de averiguação das denúncias de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes recebidas?

✓ **Sim**

Não

7) Em 2016, o Município dispunha de procedimentos definidos de notificação de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes por setores e serviços das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social?

✓ **Sim**

Não

7.1) Quais setores e serviços tinham a notificação de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes incorporada a suas rotinas de trabalho, em 2016?

✓ **Os serviços públicos de Saúde.**

Os serviços privados de Saúde.

✓ **As escolas municipais.**

✓ **As escolas estaduais e / ou federais.**

As escolas particulares.

✓ **Os serviços municipais de Assistência Social.**

✓ **As entidades conveniadas de Assistência Social.**

Os serviços de Segurança Pública.

7.2) A que órgão eram dirigidas as notificações de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes, em 2016?

✓ **Ao(s) Conselho(s) Tutelar(es).**

Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

✓ **Aos serviços municipais de Assistência Social.**

7.3) As notificações de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes eram centralizadas em algum órgão municipal, em 2016?

✓ **Sim**

Não

7.3.1) Que órgão municipal centralizava as notificações de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes, em 2016?

Um dos Conselhos Tutelares reunia todas as notificações.

Todos os Conselhos Tutelares dispunham das mesmas informações sobre as notificações.

As notificações eram centralizadas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

✓ As notificações eram centralizadas na Assistência Social.

8) Em 2016, o Município dispunha de procedimentos de acompanhamento das notificações de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes?

✓ Sim

Não

9) Em 2016, o Município dispunha de procedimentos definidos (sistema, protocolo, fluxo) de atendimento dos casos confirmados de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes?

✓ Sim

Não

9.1) Os procedimentos de atendimento dos casos confirmados de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes adotados em 2016 incluíam:

✓ Encaminhamento da criança ou adolescente para atendimento médico.

✓ Encaminhamento da criança ou adolescente para atendimento psicológico.

✓ Encaminhamento da criança ou adolescente para serviços assistenciais.

✓ Encaminhamento da família para serviços assistenciais.

Encaminhamento do agressor para atendimento psicológico e / ou para serviços assistenciais.

✓ Acolhimento da criança ou adolescente em serviços especializados, em casos de necessidade de afastamento temporário da família (violência doméstica de qualquer tipo).

✓ Acionamento de órgãos de responsabilização.

10) Em 2016, o Município acompanhava o atendimento aos casos confirmados de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes?

✓ Sim

Não

Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador

11) Em 2016, o Município possuía Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Adolescente Trabalhador?

✓ Sim. Possuía plano que abordava o trabalho infantil e o adolescente trabalhador.

Possuía plano que abordava o trabalho infantil.

Não possuía nenhum plano relacionado ao tema.

11.1) O Plano Municipal em vigor em 2016 foi aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente?

✓ Sim

Não

11.1.1) Registrar informações sobre a aprovação do Plano Municipal pelo CMDCA.

Resolução nº

153

Data da publicação

30/12/2010

12) Em 2016, o Município possuía Comitê (ou Comissão) de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, criado e em funcionamento?

✓ Sim. O Comitê estava criado e em funcionamento.

O Comitê estava criado, mas não estava em funcionamento.

Não. O Comitê não havia sido criado.

12.1) Registrar informações sobre a criação do Comitê (ou Comissão) de Prevenção Erradicação do Trabalho Infantil.

Instrumento legal (lei, decreto, portaria)

Decreto

Nº

3918

Data da publicação

29/05/2002

13) Em 2016, o Município mantinha parcerias visando à erradicação do trabalho infantil e à proteção ao adolescente trabalhador?

✓ Sim

Não

13.1) Quais as parcerias mantidas com órgãos não pertencentes ao governo municipal e com instituições da sociedade civil visando à erradicação do trabalho infantil e à proteção ao adolescente trabalhador, em 2016?

✓ Com o Ministério Público / Ministério Público do Trabalho.

✓ Com Agências Regionais do Trabalho e Emprego.

Com centrais sindicais e associações de trabalhadores e de empregadores.

Com as entidades do Sistema S.

✓ Com organizações sociais.

Com igrejas ou entidades religiosas.

14) Em 2016, havia, no Município, crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil?

✓ Sim

Não

Não sabemos informar.

14.1) Em 2016, o Município tinha conhecimento de quais eram as principais atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil?

✓ Sim, tinha conhecimento.

Não tinha conhecimento.

14.1.1) Quais eram as principais atividades desenvolvidas por crianças e

adolescentes em situação de trabalho infantil, em 2016?

Serviços domésticos fora da residência familiar (faxina, cuidado de crianças, jardinagem).

✓ **Atividades em semáforos / faróis (malabarismo, venda de produtos, limpeza de vidros).**

✓ **Atividades em vias e locais públicos (venda de produtos, guarda de carros).**

Trabalho em olarias e carvoarias.

Trabalho na lavoura, com a família.

Trabalho na lavoura, sem a família.

Trabalho como ajudante geral em indústrias.

✓ **Tráfico de drogas.**

✓ **Exploração Sexual.**

14.2) Em 2016, o município possuía dados sistematizados sobre as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil?

✓ **Sim**

Não

14.2.1) Quantas crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil havia no município, em 2016:

Quantidade de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil

130

14.2.2) Em 2016, o município possuía dados sistematizados por grupos etários sobre as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil?

✓ **Sim**

Não

14.2.2.1) Quantas crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil havia no município, em 2016:

5 a 9 anos

10.00

10 a 13 anos

57.00

14 a 15 anos

42.00

16 ou 17 anos

13.00

15) Em 2016, o Município dispunha de procedimentos de identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil?

✓ Sim

Não

15.1) Como se realizava a identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, em 2016?

✓ Era realizada através de busca ativa pelas equipes técnicas da Assistência Social, em visitas domiciliares e potenciais locais de trabalho.

✓ Eram identificadas pelas escolas municipais e pelos atendimentos realizados pelas Unidades Básicas de Saúde, CRAS e CREAS.

O Município utilizava dados das fiscalizações realizadas pelas Agências Regionais do Trabalho.

✓ Eram utilizados dados do IBGE (Censos Demográficos, PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e de outras fontes.

16) Em 2016, o Município incentivava a denúncia da existência de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil?

✓ Sim

Não

16.1) De que forma o Município incentivava a denúncia da existência de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, em 2016?

✓ Divulgando o Disque 100 – Disque Denúncia Nacional.

✓ **Divulgando o número do Disque Denúncia Estadual.**

✓ **Divulgando o número do Disque Denúncia Municipal.**

✓ **Divulgando o número do(s) Conselho(s) Tutelar(es).**

17) As denúncias de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil eram centralizadas em algum órgão municipal, em 2016?

✓ **Sim**

Não

17.1) Que órgão municipal centralizava as denúncias de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, em 2016?

✓ **As denúncias eram centralizadas na Assistência Social.**

Um dos Conselhos Tutelares reunia todas as informações sobre as denúncias.

Todos os Conselhos Tutelares dispunham das mesmas informações sobre as denúncias.

As denúncias eram centralizadas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

18) Em 2016, o Município dispunha de procedimentos de averiguação das denúncias de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil?

✓ **Sim**

Não

19) Em 2016, as informações sobre crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho infantil eram encaminhadas aos órgãos de fiscalização do trabalho, para as medidas cabíveis junto aos empregadores?

✓ **Sim**

Não

20) Em 2016, havia, no Município, crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil?

✓ **Sim**

Não

20.1) Em 2016, o Município realizava acompanhamento das crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil, de modo a coibir a reincidência?

✓ Sim

Não

20.1.1) Em 2016, foram acompanhados:

✓ Todos os casos de crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil.

Parte dos casos de crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil.

20.2) Em 2016, o Município desenvolvia ações destinadas às crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil?

✓ Sim

Não

20.2.1) Quais as ações desenvolvidas pelo Município para as crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil, em 2016?

✓ Inserção no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

✓ Inserção em programas de jornada ampliada, nas escolas municipais.

Inserção em programas de jornada ampliada, em escolas estaduais e / ou federais.

✓ Inclusão em projetos esportivos.

✓ Inclusão em atividades culturais (música, dança, artes plásticas).

✓ Matrícula em programas de iniciação e formação profissional.

20.3) Em 2016, o Município oferecia apoio às famílias de crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil?

✓ Sim

Não

20.3.1) Que tipo de apoio era oferecido às famílias de crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil, em 2016?

✓ **Inserção nos serviços de proteção e atendimento da Assistência Social.**

✓ **Participação em programas de geração de renda.**

✓ **Transferência direta de renda, por meio de programas estaduais ou municipais (exceto Programa Bolsa Família).**

21) Em 2016, existiam, no Município, famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com crianças e / ou adolescentes inseridos no PETI?

✓ **Sim**

Não

21.1) Em 2016, o Município realizava acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, quanto ao cumprimento das condicionalidades do PETI?

✓ **Acompanhava todas as famílias.**

Acompanhava parte das famílias.

Não acompanhava.

22) Até 2016, o Município divulgava a Lei da Aprendizagem, estimulava e orientava as empresas para a contratação de menores aprendizes?

✓ **Sim**

Não

22.1) Em 2016, havia adolescentes aprendizes no município?

✓ **Sim**

Não

22.1.1) O município possuía dados sistematizados sobre o total de adolescentes aprendizes, em 2016?

✓ **Sim**

Não

22.1.1.1) Quantos adolescentes aprendizes havia no município, em 2016?

Quantidade de adolescentes aprendizes

1582

23) Até 2016, o Município divulgava o Programa Primeiro Emprego, estimulava e orientava jovens e empresas para o cadastramento e a contratação?

✓ Sim

Não

24) Até 2016, o Município divulgava o PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, estimulava e orientava os jovens para a participação?

✓ Sim

Não

Não havia oferta de cursos técnicos ou de qualificação profissional no Município, em 2016.

Prevenção e proteção de crianças e adolescentes em situação de migração e desastres naturais

25) Em 2016, o Município possuía Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC, em funcionamento?

✓ Sim

Não

26) Em 2016, o Município possuía plano municipal voltado à redução de riscos de desastres, à assistência às populações atingidas e à recuperação das áreas afetadas?

✓ Sim

Não

26.1) Qual(is) o(s) tipo(s) de plano municipal voltado à redução de riscos de desastres, à assistência às populações atingidas e à recuperação das áreas afetadas em vigor no Município, em 2016?

✓ Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil.

✓ **Plano Municipal de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais.**

✓ **Plano(s) de Contingência de Desastres Naturais.**

26.2) O(s) plano(s) municipal(is) em vigor em 2016 contemplava(m), expressamente, ações de proteção voltadas a crianças e adolescentes?

Sim

✓ **Não**

27) Quais das seguintes ações preventivas de situações de desastres e preparatórias, em caso de ocorrência, haviam sido executadas pelo Município, até 2016?

✓ **Desenvolvimento de campanhas educativas voltadas à redução de riscos de desastres, focalizando temas como desmatamento, construções irregulares, descarte de lixo.**

✓ **Identificação e mapeamento de áreas de risco de desastre.**

✓ **Realização de obras de proteção ambiental e de infraestrutura, tais como, reflorestamento, contenção de encostas, serviços de drenagem.**

Identificação de crianças e adolescentes residentes em áreas de risco de desastre, em especial aquelas com deficiências ou doenças crônicas.

✓ **Definição das competências e atribuições dos diversos setores municipais (secretarias, órgãos e conselhos) no atendimento a situações de desastre.**

✓ **Capacitação de membros das comunidades, para agir em situação de desastre.**

✓ **Definição de fluxos de atendimento para pessoas desalojadas e desabrigadas.**

✓ **Definição de procedimentos de atendimento de crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis, incluindo procedimentos de rastreamento e reunificação familiar.**

✓ **Definição de locais adequados para abrigar temporariamente crianças, adolescentes e suas famílias, em situação de desastre, evitando a utilização de escolas para esse fim.**

Identificação, seleção e capacitação de Famílias Acolhedoras para acolhimento temporário de crianças e adolescentes em situação de desastre, desacompanhados dos pais ou responsáveis.

✓ **Definição das ações de atenção à saúde de crianças e adolescentes em situação de desastre, incluindo o acompanhamento pós-desastre.**

- ✓ **Definição de locais e capacitação de recursos humanos para atendimento ambulatorial e hospitalar de crianças e adolescentes em situação de desastre, incluindo transporte seguro para esses locais e acompanhamento por agentes públicos, em caso de ausência de pais ou responsáveis.**
- ✓ **Inclusão, nos currículos das escolas municipais, de temas relacionados à educação ambiental, à redução de riscos de desastres e à defesa civil.**
- ✓ **Definição de plano de segurança escolar, incluindo procedimentos de alerta e evacuação, de acordo com os diferentes grupos etários.**
- ✓ **Capacitação de gestores escolares e professores para agir em situação de desastre.**
- ✓ **Planejamento da atuação da Segurança Pública nos locais atingidos por desastre, bem como nos locais de acolhimento de pessoas desabrigadas ou desalojadas.**
- ✓ **Planejamento de ações preventivas e de atendimento em casos de violências contra crianças e adolescentes em áreas atingidas por desastre, bem como nos locais de acolhimento temporário.**

28) Em 2016, o Município havia aderido ao Protocolo Nacional para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em Situação de Desastres?

✓ **Sim**

Não

29) Em 2016, havia, no Município, presença significativa de crianças e adolescentes migrantes nacionais (originários de outros estados brasileiros) e / ou imigrantes (originários de outros países)?

✓ **Sim**

Não

29.1) Em 2016, o Município executava ações específicas de proteção a crianças e adolescentes migrantes e imigrantes?

✓ **Sim**

Não

29.1.1) Quais das seguintes ações de proteção especificamente voltadas a crianças e adolescentes migrantes e imigrantes eram executadas pelo Município, em 2016?

✓ **Abrigo emergencial para as crianças, adolescentes e suas famílias.**

✓ **Cursos de português para as crianças, adolescentes e suas famílias.**

Apoio à regularização de documentação para imigrantes (vistos permanentes, documentação dos familiares adultos para o trabalho).

✓ **Regularização do Registro Civil.**

Inserção no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

✓ **Garantia de acesso aos serviços de Saúde e Educação.**

✓ **Desenvolvimento do respeito à diversidade, nas escolas, por meio de atividades voltadas à valorização de outras culturas e a diferenças na fala e na alimentação, por exemplo.**

✓ **Desenvolvimento de atividades recreativas e culturais, em parceria com organizações sociais.**

✓ **Inserção das famílias nos serviços de proteção e atendimento da Assistência Social.**

✓ **Inserção das famílias em programas de geração de renda.**

Apoio à fiscalização do trabalho para identificação e responsabilização de situações de trabalho infantil e de trabalho escravo.

© 2015 - Fundação Abrinq

Av. Santo Amaro, 1386 - 1º Andar - Vila Nova Conceição - CEP: 04506-001 - São Paulo/SP